

**INTELECTUAIS E POLÍTICA EXTERNA: O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS
BRASILEIROS (ISEB) E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)**

**INTELLECTUALS AND FOREIGN POLICY: THE HIGH INSTITUTE OF BRAZILIAN
STUDIES (ISEB) AND THE INDEPENDENT FOREIGN POLICY (PEI)**

Túlio Sérgio Henriques Ferreira¹

Departamento de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: Os intelectuais são parte constitutiva das sociedades. Seu papel encampa a produção de ideias que podem ser utilizadas como ‘road maps’ para os formuladores e executores da política externa. Neste sentido, o artigo analisa a atuação de dois intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que defenderam conceitos que, mesmo involuntariamente, acabam por compor o arcabouço ideológico da Política Externa Independente (PEI).

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Intelectuais na política. ISEB. PEI.

Abstract: Intellectuals are part of the society. Their role includes the production of ideas that can be used as “road maps” by policy-makers and policy-executors. In this sense, this article debates the role of two intellectuals from High Institute of Brazilian Studies (ISEB) whose concepts, even involuntarily, ends up embedded in main ideas of Independent Foreign Policy (PEI).

Key-words: Brazilian Foreign Policy. Intellectuals in politics. ISEB. PEI.

Recebido: 28/12/2016

Aprovado: 30/03/2017

Considerações iniciais

A mútua influência entre ideias e ações é o foco do presente artigo. Em Goldstein e Keohane (1993) defende-se que as ideias influenciam as políticas

when the principled or causal beliefs they embody provide road maps that increase actors’ clarity about goals or ends mean relationships, when they affect outcomes of strategic situations in which there is no unique equilibrium, and when they become embedded in political institutions(GOLDSTEIN & KEOHANE, 1993, p.3).

De modo complementar, Hill acredita que as percepções e julgamentos seriam uma variável relevante para a resultante da política externa de dado Estado (2003, p. 240). Assim, podemos considerar que a

¹ tulioferreira@gmail.com

formulação da Política Exterior seria resultante de complexo debate de concepções ideacionais e interesses socioeconômicos que atuam em dada conjuntura. Portanto, indagar sobre as ideias defendidas pelos diferentes grupos sociais que lutam pelo poder de gerir o Estado torna-se relevante para que se esclareçam os distintos projetos de inserção internacional coexistentes no país em dada conjuntura.

O presente artigo, utilizando documentação primária e revisão bibliográfica, discute a aproximação entre a ação/pensamento de dois importantes intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Política Externa Independente (PEI). Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto atuaram no contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960, período marcado por candente debate entre diferentes concepções de *interesse nacional*. Momento em que “os intelectuais ingressaram acadêmicos e metamorfosearam-se políticos” (MOTA, 2008, p.193). Justifica-se tal conexão tendo em vista que, segundo Pécaut, no período em análise, “os intelectuais brasileiros se entregaram à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornaram protagonistas políticos centrais” (PÉCAUT, 1990, p.7). No entanto, de modo preventivo, deve-se ressaltar que o presente estudo não defende haver transferência direta das ideias dos referidos intelectuais na PEI. Antes, procuram-se demonstrar aproximações e concordâncias temáticas e políticas entre tais instâncias.

Bresser Pereira estuda a conexão entre produção intelectual e ação política, defendendo que há mútuas influências entre os intelectuais e a sociedade que os condiciona. Assim, “este condicionamento reflete de um lado o imperativo da própria realidade em mudança, de outro os comprometimentos de classe e as opções ideológicas” (BRESSER PERREIRA, 1982, p.1). Nesta via de mão dupla, percebe-se a constituição de um jogo que, em última instância, poderá resultar em medidas concretas tomadas pelos governos.

Assim, por meio da análise do pensamento de Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, dois representantes do ISEB, reflete-se sobre o conjunto de ideias que tangiam o posicionamento do Brasil no mundo e suas possíveis conexões com as ações postas em curso na política exterior do Brasil no início da década de 1960. Portanto, sem buscar estabelecer vínculos deterministas entre o pensamento dos autores elencados e a PEI, busca-se identificar conexões entre um dos ‘road maps’ disponíveis no período e a proposta de política exterior corporificada na PEI.

Para tanto, na primeira parte, apresenta-se o quadro histórico conjuntural. Posteriormente, detalha-se parte do pensamento de Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto e de alguns de seus críticos. Por fim, ressaltam-se convergências com a Política Externa Independente (PEI), observando-se

simultaneidades que possam sugerir pontos de contato entre o processo de produção intelectual e a ação política.

1. A década de 1950 – a nova bossa brasileira

No pós II Guerra Mundial, durante o governo do Marechal Dutra (1946-1951), avivou-se a discussão relativa à institucionalização democrática no país. O debate estava encarnado na promulgação da nova constituição em 1946. A intensificação do processo de industrialização brasileiro lançava novos grupos de interesse à arena política. Assim, o clima era de efervescência política e socioeconômica. O sucesso eleitoral de Vargas deveu-se às alianças tácitas entre as correntes civis e militares que se identificavam com as chamadas posições nacionalistas (D'ARAUJO, 1992, p. 28).

Tal fenômeno não era fato isolado. Na América Latina, o nacionalismo também encontrou campo fértil para se manifestar. Para Váldez (1997), a trajetória do pensamento nacionalista na América Latina atingiria, neste momento, feição econômica, refletindo características anti-imperialistas. Tal conformação de nacionalismo, que denunciaria a intervenção das grandes potências na região, fazia convergir matizes da esquerda e da direita. Assim, o nacionalismo econômico, surgido a partir da década de 1930, propugnava o desenvolvimento de modo mais autônomo, buscando-se o distanciamento da intervenção das grandes potências mundiais na região. Tal concepção implicava desvincular-se das restrições da bipolaridade.

Para Skidmore (1992), o "segundo" Vargas conviveu com três modelos de desenvolvimento: o 'neoliberal', o desenvolvimentista-nacionalista e o nacionalista radical. No entanto, para ele seria um erro encarar “essas três fórmulas com posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento” (1992, p. 121). De modo diverso, elas se constituíam em posições analíticas defendidas por intelectuais e jornalistas. A "eclosão do conflito na Coreia contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática” (FAUSTO & HOLANDA, 2007, v.10, p.300).

Defende Vizentini (1994, p. 26) que

a barganha nacionalista havia se tornado uma política incômoda para o *status quo* internacional hegemônico pelos Estados Unidos. A tentativa precoce de promover uma diplomacia não linearmente subordinada a Washington apoiava-se em fatores objetivos de desenvolvimento, e não apenas na vontade política de um líder populista. Por isso significou o início de uma nova fase da política externa brasileira, que conhecerá seu amadurecimento com a Política Externa Independente.

No entanto, entre anos 1954 e 1958, com Café Filho e os primeiros anos do Governo JK, abriu-se a economia aos interesses do capitalismo internacional, ao liberalismo econômico, voltando-se aos tempos de alinhamento com os Estados Unidos. O modelo da barganha nacionalista perdia intensidade no discurso governamental (ainda que JK defendesse algumas concepções desenvolvimentistas). Tal postura aproximava-se das ideias defendidas pelo grupo abrigado na Escola Superior de Guerra (ESG) que conjugavam segurança e desenvolvimento. Sendo, portanto, essencial a segurança dada pela aproximação com os EUA no sentido de se avançar no desenvolvimento econômico do país.

Argumentava-se que o presidente JK procurava, através de sua estratégia de desenvolvimento, sintetizar os vários modelos de desenvolvimento concorrentes no país. Tal ação refletia seu pragmatismo e a falta de consenso interno. “Eleito por uma margem estreita, por uma coalizão de diversas partes e durante uma atmosfera de instabilidade, para poder governar, JK destacou dois temas que uniriam os brasileiros: nacionalismo e o desenvolvimento” (WEIS, 1994, p.123).

Neste sentido, JK, ao retomar o projeto de industrialização, buscou harmonizar duas correntes de política externa: uma que defendia os interesses da potência hegemônica (EUA) e outra que advogava um desenvolvimento mais autônomo do Brasil (Grosso modo, tais correntes eram designadas de *entreguistas e nacionalistas*). No entanto, deve-se observar que a possibilidade desta tentativa de JK foi possível, “entre outras coisas, pelo retorno pleno da Europa Ocidental à vida econômica internacional, fornecendo alternativas comerciais e financeiras ao Brasil, sem confrontação com Washington” (VIZENTINI, 1994, p. 27).

Tal ordem teve seu final em 1958, quando JK reassumiu a barganha nacionalista com um movimento denominado Operação Pan-Americana (OPA) que pretendia colocar a América Latina na agenda dos Estados Unidos. Entre as causas dessa reversão estão a crise do modelo de desenvolvimento de JK (50 anos em 5), a reeleição de Eisenhower nos EUA, a crescente insatisfação na América Latina com as políticas das potências centrais e as pressões do FMI. A OPA tentava obter mais crédito para a América Latina no Sistema Internacional e comprometer “a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance” (VIZENTINI, 1994, p.27).

Finalmente, o início dos anos 1960 traria a novidade da Política Externa Independente (PEI) cujas concepções emanavam herança da conjuntura acima descrita. Suas características básicas foram sintetizadas por San Tiago Dantas:

A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamaraty e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada antes de vertida para a realidade. Os fatos precederam as ideias. (...) Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de

cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do *interesse do Brasil* (2011, p.9, grifos do autor).

Explicita-se na fala de Dantas a complexa relação entre ideias e ação. Ressalta-se a interdependência entre as ações que foram tomadas e as concepções desenvolvidas por aqueles agentes de decisão política que pensavam o *interesse do Brasil*. Portanto, vejamos abaixo a exposição das ideias de um dos grupos de interesse atuantes no período.

2. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Conforme demonstra Pécaut (1990), na conjuntura acima descrita coabitam diferentes grupos de pensamento que influenciam ou agem diretamente nas estruturas burocráticas do estado. Algumas dessas ‘escolas intelectuais’ cultivavam a ideia de que o Brasil teria condições materiais e intelectuais de se posicionar de modo mais autônomo no sistema internacional. Entre elas está o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em julho de 1955 pelo decreto n. 37.608 na órbita do Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de debater e formar uma ideologia nacional do desenvolvimento. Segundo Bresser Pereira, ele reunia o grupo de pensadores que “dominou a cena intelectual brasileira nos anos 1950” (2005, p.205). Assim, o ISEB era “a organização mais importante que lidava com esses problemas até o fim dos anos 1950” (WEIS, 1994, p. 123).

Bresser Pereira considera que esse grupo pensou o Brasil dos anos 1950 tendo em vista a evolução da industrialização desencadeada a partir dos anos 1920/30. Deste modo, o ISEB seria o responsável pela interpretação nacional-burguesa ou nacional desenvolvimentista do Brasil e da América Latina. Não foi o único grupo a ‘interpretar’ o atraso do país. Tal debate se fez com mais dois grupos: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e os sociólogos da Universidade de São Paulo (USP). Tanto o ISEB como a CEPAL e a Escola de Sociologia de São Paulo foram instituições de intelectuais públicos, mas, entre elas, era o ISEB a que mais se enquadrava nessa categoria.

Destacavam-se, no ISEB, nomes como os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Suas ideias, de caráter antes político do que econômico, completavam-se, no plano econômico, com o pensamento estruturalista da CEPAL (BRESSER PERREIRA, 2005, p. 204-5).

Assim, apesar da diversidade de pensamento existente no ISEB, faz-se o detalhamento de dois expoentes intelectuais, Nelson Werneck Sodré e  lvvaro Vieira Pinto. considerando-se que o pensamento do ISEB guardava um mínimo denominador comum. Neste sentido, postula-se que as ideias dos dois autores reflete síntese mínima do pensamento isebiano. Ressalte-se, ainda, que tais concep es sofreram oposi o e críticas por setores da sociedade brasileira que discordavam do teor autonomista encarnado naquele discurso. Assim, vejamos o vívido debate de ideias presente naquela conjuntura.

3. Nelson Werneck Sodré

Um aspecto biográfico de Nelson Werneck Sodré chama a aten o: era militar e comunista, “o que não era nada incompatível, embora, depois de 1964 os militares brasileiros se tenham tornado a expressão mais feroz do anticomunismo” (REIS, 2007, p.146). Foi diretor do departamento de história do ISEB do início ao fim (extinto pelo golpe militar de 1964) e um importante teórico marxista brasileiro na década de 1950. Embora tenha sido criticado por outras correntes como demasiadamente rígido em suas análises, suas concep es são importantes para a montagem do raciocínio do ISEB. Na concep o de Bresser Pereira (2005), as formula es de Sodré comporiam o quadro da interpreta o denominada de ‘nacional-burguesa’, que se estabeleceu em contraposi o   da ‘voca o agrária’.

Aqueles que defendiam a interpreta o ‘nacional-burguesa’ percebem a cultura dominante brasileira como heterônoma, amorfa, inautêntica, ornamental e com um complexo de inferioridade colonial. Neste sentido, a sociedade brasileira seria dominada pelo bloco oligárquico-agrário mercantil aliado ao imperialismo, que se opõe   industrializa o brasileira, buscando manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador (REIS, 2007, p.153-154). O Brasil, no contexto p s II Guerra Mundial, estava carente de interpreta es relativas ao seu desenvolvimento. Assim, a vertente marxista consolida-se como alternativa. Por tais lentes, a história brasileira passa a ser concebida de modo estrutural, levando-se em conta as contradi es e lutas derivadas dos novos processos produtivos instalados no país.

De modo sint tico, vejamos as principais concep es defendidas por Sodré, destacando-se aquelas que tangem a a o externa do país. Inicialmente, ressalta-se que, para ele, a fun o da teoria   eminentemente transformadora. Por isso, ele concebe suas formula es como auxiliares para a a o ‘revolucionária’ no país. Recua sua análise   forma o do Brasil no contexto da transi o do feudalismo para o capitalismo, fazendo gravar no país a marca do modo de produ o escravista. Este modelo econômico visava ao mercado externo, pois a ‘circula o’ de matérias primas atendia

perfeitamente ao capitalismo. Neste sentido, “enquanto atender ao capital comercial, a escravidão continua. Deixará de existir quando o capital industrial vier a predominar” (REIS, 2007, p.157). No entanto, Sodré ressalva que este não seria o único modo de produção a existir no país; ele coexistiu com o ‘feudalismo’ das atividades de subsistência, voltadas para o mercado interno, fruto de economia natural, ou seja, um sistema econômico que funciona com ausência de moeda.

Avançando-se no tempo, Sodré analisa que as lutas dos senhores de terras e dos escravos acabam sendo pela emancipação política e liberdade de comércio, em detrimento da industrialização. Por isso, no Brasil, não surge o capitalismo clássico com o fim do escravismo; surge um capitalismo conjugado com a ampliação de relações feudais em algumas atividades. Decorre, então, que a burguesia brasileira nasce do ‘ventre do latifúndio’. Aqui o argumento de Sodré passa a ter implicações para a ação política. Assim,

[a]pós a República, a indústria não foi protegida e foi até perseguida. A indústria nacional foi liquidada, paradoxalmente, em defesa do consumidor brasileiro (...) A indústria brasileira avançou durante as primeiras décadas do século XX em um ambiente anti-industrial (...) A I Guerra acelerou esse avanço – o imperialismo se afastou. Mas, após a guerra, ele voltou a nos dominar. A burguesia brasileira, fortalecida durante a guerra, resistiu. Ela passa a lutar pelo poder (REIS, 2007, p.161)

Neste sentido, ao final dos anos 1920, o Estado deveria ser redefinido para atender aos interesses cada vez mais influentes da classe burguesa nacional, sendo a Revolução de 1930 o episódio que marca tal ascensão. O papel dos militares tornou-se fundamental à burguesia que lutava contra os interesses latifundiários, enfraquecidos pelas dificuldades impostas pela crise internacional do período. No entanto, a necessidade de ordem logo fez a burguesia pactuar com aqueles interesses, pois as agitações poderiam fugir ao controle. Houve certo desenvolvimento industrial no país, acompanhado da emergência do proletariado e da urbanização. No entanto, a revolução burguesa no país não se completou.

Após a II Guerra Mundial, os interesses ‘imperialistas’ passaram a apoiar setores internos da economia brasileira que estavam em contraposição aos interesses. Assim, nos 1950, a burguesia nacional, vivendo importante dilema, foi vista por Sodré como:

o sujeito histórico que lideraria o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia na implantação de um tempo mais ágil, mais aberto ao novo, mais insatisfeito e intransigente: o tempo capitalista. Sodré ofereceu à burguesia brasileira, a partir do PCB, um *programa de ação*. (REIS, 2007, p.163, grifos do autor)

Deriva daí a necessidade desse sujeito histórico assumir sua aliança com as novas e velhas forças populares para combater os interesses do imperialismo e dos latifundiários. Registre-se que Sodré não

acreditava de modo absoluto nessa decisão da burguesia nacional, apontando exemplos pretéritos desse mesmo segmento social que acabara se aliando aos setores mais conservadores (quase sempre aos imperialistas).

Sodré nota que, na década de 1950, o Estado já havia sido dominado pela burguesia nacional. No entanto, ela ainda não conseguira eliminar o latifúndio devido ao forte apoio que os últimos recebiam das forças imperialistas que, por seu turno, gostariam de manter o Brasil na condição periférica no sistema internacional. Neste sentido, a burguesia nacional passou a viver o seguinte impasse: combater as forças populares e a ameaça socialista ou arriscar-se à novidade de uma aliança que poderia eliminar a concorrência do latifúndio. Assim, conclui o pensador que, na década de 1950, o principal sujeito do desenvolvimento brasileiro seria a burguesia nacional.

Nessa luta de interesses ocorreu a cisão deste segmento em duas correntes: a mercantil, que queria associar-se ao capital estrangeiro; e a industrial, que se alinhava com os pressupostos nacionalistas e combatia o imperialismo, pois acreditava que o investimento estrangeiro não contribuiria para desenvolver a indústria nacional devido à ‘sangria’ inevitável decorrente das remessas de lucros. A burguesia industrial, percebendo sua inferioridade, passou a defender a ‘autonomia nacional’, expressão que se confundia com o desejo de reserva exclusiva do mercado interno estabelecido pelo processo de desenvolvimento brasileiro. Neste momento, desfraldaram a bandeira do nacionalismo para se dirigirem ao proletariado e ao campesinato. Nacionalismo é entendido aqui conforme explica Calhoun, como “formação discursiva que dá forma ao mundo moderno”. “As nações não existem objetivamente antes de existirem em termos discursivos” e as nações nascidas a partir da fala e do sentimento “também são estruturas materiais reais de solidariedade e reconhecimento” (2008, p. 237)

Portanto, fica evidente que esta parcela da sociedade brasileira, conformando-se como um importante grupo de interesse, passa a defender posições nacionais menos alinhadas com o capital internacional e maior autonomia ao Estado Brasileiro. Deste fato deriva a defesa de posicionamentos mais pragmáticos do país no sentido de se completar o processo de industrialização e a busca de novos mercados (interno e externo), fato que vinha de encontro aos interesses do centro do sistema capitalista mundial, notadamente dos EUA.

4. Álvaro Vieira Pinto

Álvaro Vieira Pinto foi outro integrante de destaque do ISEB. Médico e participante da Ação Integralista Brasileira na década de 1930, o pesquisador passou a integrar o ISEB em 1955 a convite de

Roland Corbisier. Álvaro chegou a assumir a diretoria executiva do órgão em 1962. As palavras proferidas por ele na aula inaugural do curso regular do ISEB, em 14 de maio de 1956, permitem aclarar um pouco de seu pensamento. Na ocasião, ele acreditava que “jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquieta a realidade brasileira” (PINTO, 1956, p.9).

Para ele, seria necessário criar as condições adequadas para que o momento fosse corretamente compreendido pelos brasileiros, pois, até então, as massas ‘mudas’ deixavam aos pensadores do passado “a noção de uma responsabilidade pessoal, por se verem como intérpretes únicos, e, a bem dizer, predestinados, do nosso destino (PINTO,1956, p.9). O pensador conclui que havia faltado filosofia em nosso passado intelectual devido à condição de dependência externa na qual o país havia vivido até aquele momento. Condição que ele acreditava estar se encerrando. Assim, pode-se observar interessante percepção desses intelectuais que defendiam maior ‘autonomia’ para que se cessassem “os fatores de opacidade da nossa visão de nós mesmos, e, conseqüentemente também, de retardamento do progresso” (PINTO, 1956, p.10).

Neste sentido, a ‘consciência objetiva’ da realidade brasileira passa pela percepção do “papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional” (1956, p.10). Assim, o despertar da consciência das ‘massas’ para a necessidade do desenvolvimento seria fundamental para a união da ‘nação’ e sucesso do processo no Brasil. O ponto da unidade deve ser ressaltado, pois é constitutivo do discurso do Nacionalismo. Também se denunciam os modelos de interpretação importados, já que eles faziam o país ficar entregue “ao ponto de vista alheio, regul[ando] o juízo sobre nós mesmos pelo modo de pensar alheio” (1956, p.24). O diagnóstico era claro: os brasileiros estavam alienados até aquele momento. “Ora, este é um fenômeno típico, específico, do status colonial” (1956, p.25), concluía Vieira Pinto.

Daí decorrem alguns argumentos importantes: 1) é necessário e imprescindível uma consciência legítima – uma ideologia – sobre o desenvolvimento; 2) tal ideologia emergir e expressar os interesses das massas; 3) tal processo deve ser feito de modo democrático; e 4) tal projeto não pode comportar divisões. Sobre este último ponto, Vieira Pinto ensina que

não há que confundir o conceito de ideologia do desenvolvimento, tal como o apresentamos, com quaisquer formas de partidarismo político. São coisas radicalmente diferentes. Não se trata aqui de defender nenhum interesse particular ou de grupo, mas de exprimir o interesse geral da sociedade brasileira, em suma o interesse nacional (1956, p.43).

Assim, tendo sido delineados aspectos básicos do pensamento dos dois pensadores relativos à ‘libertação’ do Brasil das amarras inibidoras do desenvolvimento, vejamos como seus conceitos dialogam com a formação do pensamento e das diretrizes da política externa brasileira.

5. O debate das ideias e seus impactos na PEI

Inicialmente, ressalta-se que os dois ‘isebianos’ indicam a necessidade da formação da unidade interna da nação no sentido de se reagir ao ‘perigo’ externo. Para os autores, a conjuntura vivida pelo Brasil (década de 1950) estava madura para a formação de uma nação diversa daquela que se observara até então. Portanto, as ações de política interna deveriam transbordar para concepções afeitas à política exterior do país. Deste modo, o Brasil, se quisesse se desenvolver de modo soberano e autônomo, deveria constituir uma via própria de inserção internacional. Portanto, o caminho a seguir seria o ‘desalinhamento’ com as grandes potências mundiais que fora, até aquele momento, um dado constante da PEB.

Tal receituário era uma das possibilidades apontadas para o desenvolvimento nacional observadas no contexto da década de 1950. O debate contava com velhos e novos atores da política nacional, como representantes dos setores urbano, rural, industrial, agrário-exportador e operário. Os intelectuais, respondendo ao momento, buscavam explicar o atraso da América Latina e, particularmente, do Brasil no panorama internacional. Segundo Love (1998), tal debate produziria concepções inéditas que supervalorizaram o papel do Estado para a superação da condição de subdesenvolvimento dos países. Portanto, lutar pelo comando do Estado passou a ser essencial para a ação dos grupos interessados no desenvolvimento.

Weis observa que “em meados dos anos [19]50, um grupo chamado ‘nacionalista do desenvolvimento’ apareceu para desafiar a política e as teorias de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos” (2002, p.109). Tal grupo organizara-se em torno da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Conforme já citado, esse grupo contribuiu para o debate em relação ao modelo de desenvolvimento a ser implantado no país. Ele contrapunha-se à ESG, mas aproximava-se do ISEB, embora divergisse deste por não negar radicalmente o capital externo. Assim, fixaram-se ideias díspares defendidas por grupos distintos de intelectuais brasileiros. Neste sentido, podemos identificar que há na conjuntura debate de ideias que conformam distintos ‘roads maps’ para que se conformem as políticas do Estado. Portanto, antes de se indicarem transferências imediatas ou mecânicas, pode-se aventar a hipótese de que tal debate possa ser ‘transbordado’ para a política exterior. Neste sentido, anota Vizentini “[a] política externa brasileira entre 1951 e 1964 apresentou características novas, que a diferenciava das fases anteriores” (1994, p.24).

Desse modo, houve confrontos entre os diferentes grupos de intelectuais atuantes no país. Tal fato pode ser comprovado pelo documento secreto enviado ao presidente da república em 10 de

dezembro de 1959. Seu teor revela a desaprovação dos ideais defendidos pelos intelectuais do ISEB. De modo mais específico, pode-se perceber que há explícita referência sobre o impacto de tais conceitos na política exterior do país. O documento é o resultado de uma determinação presidencial dada ao Estado-Maior das Forças Armadas para que fosse investigada a “orientação que vem sendo impressa pela atual direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – aos cursos regulares e extraordinários” (EM, 1959, p.1).

Ainda, explica-se que as conclusões a serem apresentadas foram resultado de “exaustivos estudos que há mais de dois anos vêm sendo levados a efeito neste órgão, nos três Estados Maiores e no serviço Federal de Informação e contrainformação de sua criação e na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional” (EM, 1959, p.1). Conclui-se, portanto, que as atividades do ISEB eram alvo de preocupação de setores do Estado que não estavam de acordo com os preceitos defendidos pelos integrantes do ISEB. Tal fato pode ser comprovado pela transcrição abaixo.

Em meados de janeiro de 1957, o Capitão-de-Fragata Aristides Bresser Pereira Campos Filho, servindo então neste Estado-Maior, estagiário, em 1956, no Instituto superior de Estudos Brasileiros – ISEB, formulou, em relatório dirigido ao chefe do EMFA, graves acusações ao referido Instituto, cuja orientação, no seu entender, de cunho marxista, era contrária à política externa tradicional do país;

[...]

[...]

O brigadeiro Travassos, em seu relatório, no que concerne à orientação seguida pelo ISEB em 1956, apresentou, entre outras, as conclusões que se seguem:

I – As atividades de uma organização particular – O Instituto Brasileiro de Economia, sociologia e Política (IBESP) – se transferiram para o ISEB, Instituição do Ministério e Educação e Cultura. O IBESP, através dos ‘Cadernos de Nosso Tempo’, não apenas repelia as bases de nossa civilização cristã e da cultura ocidental, senão que, principalmente, defendia o estabelecimento, para o Brasil, de uma política de terceira posição. Uma boa parte dos dirigentes do IBESP veio integrar a Congregação do ISEB, assim constituída em 1956 [...]

II- O IBESP era encarado como uma agência socialista de tendência revolucionária, mas desde o momento em que seus principais dirigentes assumiram a direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a questão passou a tomar outro aspecto.

O ISEB, estabelecimento custeado pelo Governo Federal foi então desviado de suas altas finalidades. Com tal direção e tais atividades, o ISEB desconheceu tratados assinados pelo Brasil, esqueceu compromissos internacionais firmados pelo Executivo e reconhecidos pelo congresso, para pregar abertamente uma política de terceira posição, repelida, de público, por Vossa Excelência, em várias oportunidades, dentre as quais merece realce a que serviu de encerramento dos cursos da Escola Superior de Guerra, em 1 de dezembro de 1956.

III[...]

-que as contestações entre os blocos ocidental e oriental foram analisadas pelos professores Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, mediante ataques muito acentuados contra o ‘imperialismo norte-americano’ e o colonialismo ‘anglo-francês’, e atenuados, quanto ao papel da Rússia Soviética [...]

IV – A política de terceira posição, defendida no ISEB pelos professores Rolanda Corbisier, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes [...] foi assim definida naquele Instituto;

- estreitamento de relações do Brasil com outros países subdesenvolvidos, notadamente a Índia.

- adesão aos princípios da Conferência de ‘Bandoeng’: respeito mútuo da integridade territorial e soberania; não agressão, não ingerência nos negócios internos; igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica;

- Adoção dos princípios da conferência de ‘Brionne’: nacionalismo, tirando partido da competição entre os dois grandes (Estados Unidos e Rússia); reformismo pela industrialização. Atitudes positivas em relação à ONU; abstenção de alianças formais com um dos dois centros dominantes;

- abandono de nossa atual linha de política exterior;

Tal política preconizada no ISEB, se adotada, constituiria uma aventura nacional de conseqüências funestas e imprevisíveis e que iria romper com a tradição e a ética diplomática de nosso País e traria, sem dúvida, dificuldades enormes aos Poderes Públicos do Brasil, ante compromissos livremente assumidos com os Estados Unidos, a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas. Política de quebra de solidariedade continental, útil ao comunismo internacional e aos desígnios de dominação da Rússia Soviética [...]

V [...] (EM, 1959, pp.1-6)

Seguem outros comentários que descrevem a alegada influência comunista nas estruturas do ISEB e das ideias que procuram propagar em diversas entidades do país como UNE e os sindicatos. No entanto, para ilustrar a vontade desses intelectuais de agirem ‘dentro’ do Estado na formulação de políticas públicas, o relatório explicita que o “ISEB desenvolve, atualmente, intensa atividade, com o propósito de interessar os meios intelectuais e as próprias administrações municipais e estaduais da Bahia, de São Paulo e de outros Estados da União na criação de filiais do Instituto” (EM, 1959, p.7). Há, ainda, referências à ação do Instituto no sentido de doutrinar o próprio exército através de cursos e palestras que eram oferecidos “em diversos centros do país”. Ação que deveria ser coibida, para que os jovens cadetes sejam preservados “de influências nocivas aos nobres e árduos misteres da carreira das armas” (EM, 1959, pp.8-9).

Assim, feitas muitas ressaltas em relação à atuação do ISEB, o relatório do EMFA conclui que, apesar de ter tarefa nobre, o Instituto desvirtua sua ação. No que se refere à política externa, defende-se que não cabe ao Instituto a pregação de nenhuma doutrina “mesmo que inofensiva, [para] sugerir a adoção, por parte do governo, de normas de procedimento na condução da política externa e interna do país” (EM, 1959, p. 11). Portanto, pede-se o afastamento daqueles membros do Instituto que pregam “as vantagens da adoção de política externa que não atende aos interesses nacionais” (EM, 1959, p.11).

Considerações Finais

Assim, considerando os fatos apresentados acima, é razoável indicar a aproximação das ideias defendidas pelos 'isebianos' com a prática da política exterior do Brasil no início dos anos 1960. Fatos que se comprovam ao se observarem as características da Política Externa Independente (PEI) que, segundo Vizentini (1994), apresentou cinco princípios ativos de 1961 a 1964: 1) ampliação do mercado externo para os produtos primários e manufaturados; 2) formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico; 3) manutenção da paz por meio da coexistência pacífica, além do desarmamento geral e progressivo; 4) não-intervenção nos assuntos internos, autodeterminação dos povos e a primazia do Direito Internacional (principalmente no tocante à questão de Cuba, onde o Brasil temia outra contrarrevolução no âmbito continental); 5) emancipação completa dos territórios não-autônomos.

De modo semelhante aos pressupostos 'isebianos', a PEI encampava um projeto de transformação da atuação internacional do Brasil por meio de uma postura diplomática orientada por fenômenos tanto econômicos-sociais quanto políticos-ideológicos. Em outras palavras, foi uma adaptação da política exterior às transformações do sistema internacional nos fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, marcadas pela multilateralização: a verticalização Norte-Sul coexistiu com a horizontalização Sul-Sul e com uma relação diagonal Sul-Leste. Tal diversidade de relações faria o Brasil ganhar considerável autonomia frente aos EUA.

Finalmente, tais indicativos, apesar de não apontarem a transferência direta e mecânica das ideias do ISEB para a PEB, permitem defender a hipótese de que houve impactos daquele conjunto ideológico na conformação da política exterior do Brasil no período analisado. Assim, antes de se buscar determinismos, o que se observou foi a ação concreta de intelectuais que advogavam suas concepções de *interesse nacional*, fato que acaba por compor um conjunto de 'road maps' que ficam à disposição dos tomadores de decisão com poder de ação em política externa. Pelas semelhanças entre tais ideias e aquelas defendidas pela PEI, defende-se que tal variável possa ser considerada no jogo da formulação/execução da política exterior dos países.

Referências

BRESSER PERREIRA, Luiz Carlos (1982). Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 5 (3), 269-306.

_____. (2005). **Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência**. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 201-32.

CALHOUN, Craig. (2008). **O nacionalismo importa**. In PAMPLONA, Marco A. & DOYKE, Don H. (orgs). **Nacionalismo no novo mundo**. Rio de Janeiro: Record.

- CERVO, Amado. L.; BUENO, Clodoaldo. (2002). **História da Política Externa do Brasil**. Brasília: Ed. UnB.
- DANTAS, San Tiago (2011). **Política Externa Independente**. Edição atualizada. Brasília: FUNAG.
- D'ARAUJO, Maria Celina (1992). **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 206 p.
- EM - Exposição de Motivos (1959) n. 003-b de 10/12/1959 enviada ao Sr. Presidente da República pelo chefe do E.M.F.A. (13folhas). CPDOC/FGV.
- GOLDENTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (1993). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Ithaca (NY): Cornell University Press.
- HILL, Christopher (2003). **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan.
- LOVE, Joseph (1998). **A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOTA, Carlos G. (2008). **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34.
- PÉCAUT, Daniel (1990). **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Paz e Terra.
- PINTO, Álvaro V. (1956). **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: MEC, ISEB.
- REIS, J. Carlos (2007). **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FVG.
- SKIDMORE, Thomas (1992). **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VALDÉS, Eduardo (1997). O Pensamento Nacionalista na América Latina e a Reivindicação da Identidade Econômica (1920-1940). **Estudos Históricos**, 10 (20): 321-43.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (1994). O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1 (37): 24-36.
- WEIS, Michael. (2002). O debate sobre desenvolvimento entre o Brasil e os EUA na década de cinquenta. **Revista Antropolítica**, n. 12/13.